

# Mudança na Funai é esperança para o índio

ESP: 18/4/76

PINR#189

Calculada entre 150 e 200 mil indivíduos, a população indígena brasileira tem passado momentos difíceis, acuada pelas frentes pioneiras, vendo suas terras tomadas sistematicamente pelo branco e sentindo os prejuízos de seu contato com a sociedade envolvente nas epidemias e na descaracterização cultural que, ou dizimam grupos inteiros, ou os transformam em parias sociais.

Essa situação, denunciada várias vezes por diversas entidades e por elementos isolados, muitos deles ligados à Própria Fundação Nacional do Índio, órgão responsável pela assistência às comunidades indígenas no Brasil, perdurava sem que qualquer alteração na condução da política indigenista brasileira, baseada num Estatuto do Índio, com força de lei, permitisse prever melhores dias para essas comunidades.

## A terra, maior fator de pressão

**Pergunta:** como o sr. definiria a situação do índio brasileiro hoje?

Ismarth: A situação do índio é bastante diversificada. E essa diversificação é fruto da própria expansão econômica do país. Economicamente, o Brasil expandiu-se do Sul para o Norte e o índio acompanhou essa evolução. Assim, a situação do índio reflete o seu contato com a sociedade envolvente. Enquanto temos comunidades no Norte sem influência da sociedade envolvente, sem qualquer espécie de compulsão, em outras áreas mais adiantadas do Sul o índio já sofreu — e ainda sofre — pressões, particularmente no aspecto de terras. Eu acho que a situação do índio brasileiro hoje é bastante diversificada. E essa não é uma situação recente. É uma situação de 15 ou 16 anos atrás, que está se refletindo nos dias de hoje.

**Pergunta:** Como a Funai tem feito valer os direitos do índio sobre suas terras?

Ismarth: Depende da situação em que se encontram essas terras. No Sul, por exemplo, onde o problema é mais grave, porque as áreas estão nessa situação de invasões há muitos anos, a Funai só pode atuar através da Justiça. Porque, passou de um ano e um dia, a Funai não pode fazer valer seu poder de polícia e retirar imediatamente o invasor. Ela fica dependendo de uma decisão judicial, que às vezes não é rápida. Mas nós temos áreas ainda mais difíceis. Aquela área de São Pedro dos Cacetes, no Maranhão, que tem uma cidade com mais de 10 mil habitantes encravada numa área indígena. Nós temos na Baía da Traição, no rio Tinto, na Paraíba, uma cidade implantada dentro de uma área indígena, com bancos, lojas comerciais, prefeitura, prefeito eleito. Como é que eu posso resolver esses problemas rapidamente? É difícil você expulsar uma cidade assim tranquilamente.

**Pergunta:** Nesse trabalho, como tem sido a atuação do In-cra?

Ismarth: Nós temos um convenio firmado com o In-cra e estamos passando a trabalhar em conjunto nessas áreas em que é necessária uma demarcação administrativa da área indígena. Evidentemente, o In-cra vai olhar também o problema do não-índio, como resolver o problema do não-índio invasor.

**Pergunta:** No seu relacionamento com a Funai, o In-cra tem-se queixado de um problema grave, que algumas vezes tem sido usado como pretexto para sua omissão, que é o caso das certidões negativas da presença de índios concedidas pela Funai em áreas em que, mais tarde, durante o desenvolvimento de um projeto de colonização, vão-se descobrir comunidades inteiras.

Ismarth: Essa parte de certidões negativas não me preocupa muito, porque elas têm uma ressalva: se, por acaso, em qualquer tempo, for constata-

da a presença de índios, ela perde seu valor. Então, não há o que estranhar. Eu tenho anulado muita certidão negativa expedida em administrações anteriores, pois compete a qualquer administração, constatao do erro, corrigir com base em decreto-lei do governo.

**Pergunta:** Há uma corrente que considera que a Funai está no Ministério errado. Para essas pessoas, o Ministério do Interior é um órgão voltado para o desenvolvimento e seria difícil conciliar esse objetivo com o trabalho de preservação das sociedades primitivas. Não estaria aí a explicação para uma série de dificuldades que a Funai enfrenta?

Ismarth: Para mim não interessa em que Ministério a Funai possa estar, mas o apoio que possa receber. Eu posso estar num outro Ministério qualquer e não ter apoio também. O ministro do Interior não cerecia a minha liberdade de decisão nem de atuação com relação às comunidades indígenas, dentro daquilo que é minha atribuição. Eu acho que não há necessidade de uma interferência ministerial, a não ser quando a gente quer dar maior ênfase a um trabalho. Nós estamos trabalhando com o In-cra em íntima ligação. Então, não é o Ministério, mas a Funai, que tem procurar esse tipo de cooperação, que possa reforçar o trabalho do órgão.

**Pergunta:** De qualquer forma, a Funai não estaria melhor se filiada diretamente à Presidência da República?

Ismarth: Não sei se estaria. Talvez houvesse determinadas vantagens. Mas seria uma solução engrossar a Presidência da República com mais um órgão subordinado diretamente a ela? A maioria dos órgãos do Ministério do Interior é voltada para o desenvolvimento. Mas eu tenho outros órgãos que não são a Funai, o Projeto Rondon, a Fundação Rondon, a Secretaria do Meio Ambiente, são de preservação, não são? Na verdade, o que a Funai precisa é se antecipar, procurar a cooperação de outros órgãos, que operam nas áreas onde existem comunidades indígenas, como o Polamazônia, o Polonordeste, que são órgãos do Ministério do Interior, e também com outros Ministérios, como o da Agricultura, da Saúde. Com os recursos que têm e com essa antecipação da Funai, eles poderão cooperar também para o desenvolvimento do índio nas suas respectivas regiões de atuação.

**Pergunta:** Há um aspecto muito importante no trabalho de um órgão indigenista que é o da conscientização. Hoje, o índio conhece mais os seus direitos do que algum tempo atrás. Isso não obriga a Funai a assumir com mais cuidado o seu trabalho, uma vez que, se ele se sentir não prestigiado pela Funai, poderá tomar atitudes fora do âmbito do órgão, podendo inclusive atrapalhar todo o planejamento que o órgão tem para essas comunidades?

Há pouco mais de uma semana, contudo, — e às vésperas de mais um Dia do Índio, comemorado amanhã — uma nova esperança surgiu para o índio brasileiro, na forma de uma súbita mudança na cúpula do órgão indigenista.

Entrevistado, em Brasília, na última semana, pela repórter Eliana Lucena e pelo editor-assistente Carlos Battesti, o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, explicou durante uma conversa de quase três horas, no que deverá se constituir essa mudança e até onde os grupos tribais que vivem em território nacional poderão ser beneficiados, além de revelar suas posições com relação ao índio brasileiro e a atuação do órgão que dirige. Da longa entrevista, condensamos seus principais trechos nesta página.

Ismarth: Concordo plenamente. O índio hoje tem mais consciência, não só dos seus direitos, mas também daquilo que quer. No passado, se dizia que o índio só pensava em termos imediatistas. Pois o índio já está pensando no futuro. Quando um xavante me diz "nós estamos crescendo e a terra, no futuro, não vai dar para nós", ele já está pensando no futuro. Quando ele vem aqui, pedir para passar de uma agricultura de subsistência para uma agricultura mecanizada, é porque ele já se sente capaz de partir para esse novo passo de desenvolvimento. Então, hoje, cabe à Funai não impor um determinado projeto ao índio, mas atender aos anseios dessas comunidades. Porque todo o projeto de desenvolvimento tem que ter a participação da comunidade, senão não conduzirá a resultado nenhum. E, se a Funai não for ao encontro do anseio dessa comunidade, o índio poderá desacreditar no órgão. E isso é a pior coisa que poderá acontecer.

**Pergunta:** E quanto à sociedade envolvente? Ela não parece conscientizada com relação ao índio.

Ismarth: O Estatuto do índio afirma que cabe à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, proteger as comunidades indígenas e preservar seus direitos, tudo isso com vistas à integrá-las à comunhão nacional. Então, é preciso um esforço de parte de órgãos ligados à sociedade envolvente visando a essa integração. A responsabilidade pelo trabalho de integração não é só da Funai; é preciso a participação mais ativa de outros órgãos para essa tarefa.

**Pergunta:** Já existe índio integrado no Brasil?

Ismarth: Não. Não existe índio integrado. Existe índio em contato permanente com a sociedade envolvente e isso não quer dizer que ele esteja integrado ou em condições de se integrar.

**Pergunta:** Como obter a integração?

Ismarth: Volto ao Estatuto do Índio. O que é índio integrado? É aquele incorporado à comunhão nacional e reconhecido no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conserve usos, costumes e tradições característicos de sua cultura. Então, eles têm que adquirir a plena capacidade civil porque, no momento, como tutelados, eles têm uma capacidade relativa. Para tanto, têm que satisfazer a uma série de condições: ter 21 anos, conhecer a língua portuguesa, prover os meios de subsistência, a maioria deles, naturalmente, por intermédio da agricultura.

**Pergunta:** Quer dizer que o índio, para ser aceito como integrado precisa justificar que produz, perante a sociedade capitalista.

Ismarth: Não é um problema de aceitação, não. Se ele não for independente economicamente, como é que vai ficar

perante a sociedade envolvente? Ele vai mendigar?

**Pergunta:** Em parte, é o que acontece atualmente.

Ismarth: Mas não é o que a gente quer. Então, temos que dar condições ao índio para competir com a sociedade envolvente, ainda que conserve seus padrões de cultura. Eu não concebo uma integração do tipo "vamos misturar tudo, índio com não-índio". Isso é o índio morando na cidade, se misturando com a população envolvente, acabando com as áreas indígenas. Não é isso. Não é esse o sentido de integração previsto no Estatuto do Índio.

**Pergunta:** Existe, no entanto, uma corrente dentro da própria Funai, que considera que a partir do momento em que o índio passa a competir com a sociedade envolvente ele já se descaracterizou, já deixou de lado as suas tradições.

Ismarth: É preciso sentir que no contato entre ruas culturais sempre há troca de padrões de cultura. Isso é inevitável. Os índios, então, vão perder determinados padrões de cultura, trocando-os por outros que eles consideram melhores. Mas, peder integralmente eu não acredito. Sempre fica a língua, um uso, um costume, um ritual.

**Pergunta:** Tem também uma corrente que já defende que, num espaço de pouco tempo o índio, bem trabalhado, pode vir a ser emancipado. O sr. acha isso viável?

Ismarth: Eu acho que esse trabalho não deve ser feito. Não é esse o nosso objetivo. Os conceitos do índio são diferentes dos conceitos do não-índio. Tomemos os xavantes, por exemplo, que estão adquirindo sua independência econômica e assimilando alguns novos padrões de cultura. Mas quando os xavantes estarão em condições de se emancipar?

**Pergunta:** O sr. acha que não existe nenhum grupo indígena atualmente pelo menos próximos da emancipação?

Ismarth: Uns satisfazem algumas condições, mas não satisfazem outras. As comunidades do Sul do país são exemplos típicos de comunidades mais adiantadas, que a própria Funai considerava até pouco tempo, como integrada, mas que hoje passou por uma revisão de conceito.

**Pergunta:** Como o sr. considera esses grupos?

Ismarth: Eu considero em vias de integração.

**Pergunta:** Mas de uma integração negativa, inclusive.

Ismarth: Não é bem assim. Em alguns lugares há problemas, mas não é geral. Acho que há muitas comunidades que são difíceis, mas aí é que eu considero o grande trabalho que os antropólogos têm que fazer. É esse trabalho de remotivar determinadas comunidades que caíram às vezes naquele estado de apatia, desacreditando de tudo, até do próprio órgão. Talvez seja mais importante remotivar essas comunidades do que recuperar padrões culturais, não é?

**Pergunta:** Em termos econômicos, é possível que eles possam recuperar suas terras e passem a viver como posseiros. Mas eles vão deixar de ser índios.

Ismarth: Não, porque, enquanto eles se consideram como índios, serão índios. Mas aí nós estamos chegando num ponto: o esforço que a Funai tem de fazer é com relação a aqueles índios que ainda mantêm seus padrões de cultura, que ainda não sofreram influências negativas da comunidade envolvente. Aí há possibilidade de, gradativamente, ir orientando esses índios para o impacto da sociedade envolvente que, mais cedo ou mais tarde, eles irão sofrer. Amanhã, nós vamos ter o Parque do Xingu cercado de fazendas. Legalmente. Quem é que vai impedir o índio de fazer contatos com a comunidade envolvente? Porque o avanço das frentes pioneiras é inexorável. Se ele não estiver preparado para isso, o que sucederá? Os próprios antropólogos que defendiam a teoria de manter o índio em pedomas já estão mudando seus conceitos.

**Pergunta:** O sr. não acha que, se a Funai participasse mais diretamente da elaboração dos programas de abertura de estradas muitos problemas seriam evitados?

Ismarth: Acho. Seria ótimo se pudessemos trabalhar na base de grupos, junto com os vários órgãos: DER, o In-cra, o Cema, os BECS.

**Pergunta:** E a Funai nunca foi chamada a opinar?

Ismarth: Não. Porque, inclusive, esses planejamentos são antigos. Vou dar um exemplo: a estrada Manaus-Caracará. Os trabalhos foram iniciados em 1954. Em 67 foi feito convênio entre o DER do Amazonas e o DNER, para a construção do trecho Manaus-Atalaia. Em 68 foi elaborado o projeto final de engenharia para esse trecho. O Batalhão de Enge-

nharia de Construção chegou a Manaus em 1969 e iniciou a construção em 1970. Veja então quantos anos...

**Pergunta:** E quando a Funai começou a participar da construção da estrada?

Ismarth: Praticamente em 1972. Não tinha nem a reserva dos índios. A reserva foi implantada praticamente em cima do traçado da estrada. Mas ela havia sido projetada há muitos anos, quer dizer, daria tempo.

**Pergunta:** Quanto à atuação de outros órgãos junto à Funai, gostaria que o sr. falasse sobre o Cimi, o Conselho Indigenista Missionário. Já que a Funai não tem nenhum órgão oficial fiscalizador da sua atividade, não seria até positiva a posição do Cimi, apontando erros que, muitas vezes, sozinha, talvez a Funai não chegasse a descobrir?

Ismarth: Eu acho que é perfeitamente válido. Mas, quando assumi a presidência da Funai, uma das primeiras coisas que eu fiz foi congregar aqueles órgãos e elementos que divergiam da Funai, dentro daquela ideia de congregação de esforços em benefício do índio. Fiz uma visita ao padre Vicente César, que na ocasião era o presidente do Cimi, e fiz uma proposta de colaboração mútua. Dei autorização aos membros do Cimi para entrar em qualquer área da Funai, para que eles pudessem transmitir-me suas observações sobre coisas que precisassem ser corrigidas. De repente, houve uma reviravolta. Em lugar das denúncias virem às minhas mãos, começaram a aparecer nos jornais, sem que eu tivesse tomado conhecimento. Então eu tive de mudar o nosso relacionamento. Ainda assim, na última vez que estive com o padre Iasi (secretário executivo do órgão) eu disse: se quiser cooperar com a Funai, em benefício do índio, as portas continuam abertas. Isso foi em novembro ou dezembro do ano passado. Daí para cá ele não me procurou mais. Mas essa ideia continua de pé.

**Pergunta:** Haveria uma linha de conduta na qual os dois órgãos poderiam atuar?

Ismarth: Poderíamos chegar a um acordo perfeitamente.

## Nos projetos, talvez a solução

Mas eu não sei como isso poderia se dar. Acho que a principal função do Cimi poderia ser o desenvolvimento de um trabalho conjunto com a Funai em áreas em que atuam as missões religiosas. Nós sabemos que as missões têm limitações. Então, a Funai complementaria esse trabalho fornecendo recursos. Uma missão, muitas vezes, tem dificuldade para contratar um médico, embora tenha hospital montado. Então, a Funai completaria. E isso seria excelente, porque a Funai não tem interesse em aplicar mais recursos para colocar uma infra-estrutura onde ela já existe.

**Pergunta:** Com as mudanças introduzidas há uma semana na Funai, estaria aberta a possibilidade de melhores relações com o Cimi?

Ismarth: Não sei. Pelo que li no jornal, o Cimi aguarda o resultado das mudanças para se pronunciar.

**Pergunta:** A propósito, em que medida a sugestão de formação de uma CPI para investigação de uma Funai, feita pelo Cimi, foi responsável pelas mudanças ocorridas na cúpula do órgão?

Ismarth: Em nada. Acho que toda CPI é válida. Mas acho que essa não teria sentido, porque o que está sendo denunciado é coisa do passado, são problemas que vão afetar outras administrações.

**Pergunta:** Mas não seria interessante revelar esse passado. Os erros do passado também não explicam alguns problemas do presente?

Ismarth: Explicam, mas não resolvem. Eu estou com problemas para resolver e é esse o meu problema. De que me adianta levantar a responsabilidade pela invasão daquelas áreas há 15 ou 16 anos? Isso vai me resolver os problemas daquelas áreas? Quer dizer, voltar ao passado tem valor, mas não resolve os problemas atuais.

**Pergunta:** De qualquer modo, o que muda agora na política do órgão?

Ismarth: Nós estamos querendo conseguir um maior entros-

samento entre os departamentos — o que não estava havendo. Dois deles já estão intimamente ligados: o Departamento Geral de Operações, e o Departamento Geral de Planejamento Ccmunitário. Um planeja, o outro executa. O Departamento Geral do Patrimônio Indígena, contudo, estava isolado dentro desse processo. Então, uma área em que havia projetos implantados acabava não recebendo os benefícios desse projeto. Agora não. Numa área em que existia um projeto não vamos ignorar a comunidade indígena que o executa. Os resultados desse projeto deverão beneficiar essa comunidade, fazendo com que os lucros voltem para financiar o seu desenvolvimento. Na verdade é que uma questão de filosofia. Nós temos um Estatuto do Índio, que é a lei das diretrizes da política indigenista do Brasil, com um objetivo a ser atingido: preparar o índio para se integrar na comunhão nacional.

Esse é o objetivo da política indigenista do governo brasileiro. Então, a Funai tem trabalhado dentro desse objetivo, evidentemente em função do grau de aculturação de cada comunidade. Quando se trata de preparar o índio para se integrar, isto significa que nós temos que aplicar essas comunidades. A Funai estava em comunidades projeto de desenvolvimento socio-econômico. A Funai estava trabalhando, mais voltada para atividades assistenciais do que para o desenvolvimento das comunidades dos índios. Isso não quer dizer que as atividades assistenciais desapareçam. É evidente que, em função da comunidade, nós poderemos ter simplesmente uma atividade assistencial, e, em outras, projetos sofisticados. Uma comunidade recém-contatada, por exemplo, só posso pensar nela em termos de saúde. Mas, outras comunidades, que já estão em contato permanente com a sociedade envolvente, que já estão comercializando a sua produção, já comportam esses projetos socio-econômicos. Essas comunidades deverão ser preparadas para adquirir as condições de se emancipar e integrar a comunhão nacional. Quem vai dizer é o estágio da comunidade.